



Pedro Passos Coelho no Conselho Nacional do PSD



Pedro Passos Coelho no Conselho Nacional

“Desejo o melhor para o meu país e para o meu partido”

Pedro Passos Coelho comunicou aos conselheiros nacionais que tomou a decisão de não se recandidatar à presidência da Comissão Política Nacional do PSD. Numa intervenção emotiva, fortemente aplaudida e aberta à comunicação social, o presidente social-democrata relembrou os ideais pelos quais sempre se bateu. A decisão tomada protege em primeiro lugar o interesse de Portugal e do PSD.

Durante o Conselho Nacional de 3 de outubro, em Lisboa, Pedro Passos Coelho relembrou que sempre “lutou por uma sociedade forte e aberta, autónoma do Estado e liberta dos pequenos e grandes poderes”. “Lutei sempre por um poder político responsável e transparente. Por uma economia competitiva, autónoma e responsável. Para que as finanças públicas fossem responsáveis. Pelo sentido de exigência, disciplina e rigor. Por um espírito solidário que busca a justiça social. Não deixarei de lutar por elas. Continuarei a lutar pelo meu país e pelo meu partido. Mas gostaria muito de dizer que não ficarei a rondar”, referiu.

“É a decisão que faz sentido”, insistiu Passos Coelho, ressalvando que não se demite, mas abre caminho uma “nova liderança do PSD que “terá melhores possibilidades de progressão do que” aquela que pudesse encabeçar. “A minha obstinação não é com os lugares”, sublinhou.

O presidente disse que “se permanecesse vitorioso à frente do PSD como líder, em vez de estar a construir uma alternativa de Governo, estaria em permanência a combater o preconceito e ideia feita de que estava agarrado ao poder e a resistir a ceder o lugar”. “Já dei provas de que a minha obstinação não é com os lugares. Fui obstinado ao não me demitir do governo quando achei que tal colocaria o país em risco. Ficar seria oferecer com facilidade a caricatura de que estamos agarrados ao poder interno, explorando a gratidão por resultados passados”, mencionou.

Para futuro, é preciso encontrar um “caminho diferente e a ação política tem de ser ambiciosa e o país precisa dela”. O PSD é um grande partido, em Portugal e na Europa, e é um “ pilar de estabilidade e construção de futuro”.

Perante os conselheiros nacionais, Pedro Passos Coelho concluiu: “Desejo, do fundo do coração, o melhor para o meu país e para o meu partido. Quaisquer que sejam os protagonistas, sabem que podem contar com a minha lealdade.”

Na próxima segunda-feira, 9 de outubro de 2017, o Conselho Nacional do PSD volta a reunir para proceder à marcação de eleições diretas e à convocação do 37.º Congresso Nacional.



Pedro Passos Coelho

“As eleições autárquicas são um momento importante” da democracia

No domingo, 1 de outubro, Pedro Passos Coelho, numa comunicação sobre resultados das eleições autárquicas, começou por sublinhar que as eleições locais “são um momento importante da política nacional” e reconheceu a “vitória expressiva” do Partido Socialista. “Terá hoje alcançado um dos seus melhores resultados seguramente”, admitiu o líder social-democrata. O presidente do PSD cumprimentou todos os portugueses e saudou em especial os candidatos do PSD envolvidos no ato eleitoral.

Pedro Passos Coelho reiterou que fará “uma reflexão aprofundada sobre as condições para me submeter a um novo mandato”, sublinhando que essa reflexão será feita com a Comissão Política Nacional, e também, no essencial, uma reflexão de índole pessoal.

Passos Coelho admitiu que o PSD não alcançou o objetivo a que se tinha proposto de conquistar mais câmaras e mandatos. “O resultado desta noite foi um resultado muito pesado para o PSD e eu não gosto de fugir às minhas responsabilidades”, afirmou.

“Acabámos por perder câmaras que nunca tínhamos pensado perder e acabámos a ganhar câmaras que não eram indicadas como muito prováveis de ganhar”, informou, explicando que este facto “demonstra a natureza local destas eleições”, acrescentou.



A reflexão a fazer, segundo o líder do PSD, terá em conta, em primeiro lugar, “o interesse do país e do PSD”.

“É preciso avaliar, como deve de ser, se no interesse do país e do PSD o que interessa para os próximos dois anos é manter a orientação estratégica que está definida ou deixar que outra orientação possa ser seguida”, concretizou.

Passos Coelho adiantou que não faria sentido demitir-se em função de resultados de eleições. “Não me demito nem esta noite, nem amanhã nem depois de amanhã, o que eu disse é que iria avaliar se faz sentido ou não propor-me a um novo mandato”, disse.

Pedro Passos Coelho fez questão de cumprimentar o PS e o seu secretário-geral, António Costa, “pela vitória expressiva” que obteve, mas manteve a leitura de que as autárquicas são sobretudo eleições de carácter local.

“O doutor António Costa não ganhou as eleições legislativas em 2015 e não pode substituir a derrota de 2015 pela vitória nas eleições locais em 2017”, lembrou.

Descida da abstenção é “bom sinal”

Numa primeira reação na tarde de domingo, o secretário-geral do PSD destacou que as projeções para a abstenção nas eleições indiciavam uma maior participação do que nas eleições autárquicas de 2013, o que a verificar-se, seria “um bom sinal para a democracia”. José Matos Rosa referiu que as eleições autárquicas são “um momento importantíssimo em democracia” e elogiou o civismo com que decorreu a campanha e o ato eleitoral. “Podemos ter uma boa participação eleitoral o que é um bom sinal para a democracia”, defendeu Matos Rosa. O secretário-geral do PSD enviou ainda “um abraço e uma amizade especial” aos candidatos do PSD nestas eleições.

Carlos Carreiras: Portugal tem 308 municípios

O coordenador nacional autárquico do PSD assumiu a responsabilidade nacional pelo resultado eleitoral e salientou que o país tem 308 municípios e “não é só Lisboa e Porto”. Em declarações na sede nacional do PSD, Carlos Carreiras recusou que possa ser assacada ao presidente do partido.

“Sempre disse que o principal responsável pelos resultados nestas eleições autárquicas em primeira linha é meu e será repartido em cada concelho pelos candidatos”, afirmou, salientando que Passos Coelho “não foi candidato a nenhuma câmara, a nenhuma freguesia”.

“Foi candidato a eleições legislativas e foi líder de



uma proposta que foi vencedora, não temos nenhuma razão para fazer extrapolação do nível local para novel nacional”, defendeu.

Teresa Leal Coelho assume resultado em Lisboa

A candidata do PSD à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, Teresa Leal Coelho, assumiu “total responsabilidade” pelo resultado alcançado. “Este resultado que a minha candidatura alcançou é um resultado da exclusiva responsabilidade da equipa que apresentou o programa, que fez a campanha e que aqui está, ainda assim orgulhosos do programa que apresentámos para



Lisboa”, afirmou.

A candidata fez esta declaração, num hotel da zona de Belém, onde esperou pelos resultados. Ladeada pelo número dois da lista à Câmara, João Pedro Costa, e pelo cabeça de lista à Assembleia Municipal, José Eduardo Martins, Teresa Leal Coelho dirigiu-se à sala onde estava a comunicação social, depois de se ter estado com apoiantes grande parte da noite. Teresa Leal Coelho disse também que ter cumprimentado Fernando Medina pela vitória alcançada esta noite e aproveitou ainda para saudar os autarcas eleitos pelo PSD.

Pedro Passos Coelho votou em Massamá

O presidente do PSD manifestou o desejo de que a afluência às urnas seja “melhor do que o normal” nas eleições autárquicas, sufrágios onde a abstenção, lem-



brou, costuma ser mais elevada. “Espero que [a afluência] seja melhor que o normal, porque, normalmente, já de há uns anos para cá, como sabem, as eleições autárquicas registam um nível de abstenção um pouco mais elevado e espero que isso possa não acontecer desta vez”, sublinhou o líder do PSD, poucos minutos depois de votar. Passos Coelho votou na EB1 de Massamá, concelho de Sintra: “Estou a votar num sítio diferente daquele que é habitual, é a primeira vez que voto nesta escola”, disse. O presidente do PSD costumava votar na escola secundária Stuart Carvalhais, que dista cerca de 200 metros da escola onde votou.

Cerca de 9,4 milhões de eleitores inscritos

Estavam inscritos 9.412.461 eleitores para escolher os autarcas de 308 municípios e de 3.091 freguesias, um pouco menos do que nas anteriores, em que estavam registados pouco mais de 9,5 milhões. Pela 12.ª vez, os portugueses foram eleger os seus autarcas em 43 anos de democracia. A estas eleições autárquicas concorreram 12.076 candidaturas – 1.404 às câmaras municipais, 1.364 a assembleias municipais e 9.308 a assembleias de freguesia (que depois escolhem as juntas), de acordo com dados da Secretaria-geral do Ministério da Administração Interna (MAI). No total, estavam em causa 11.810 mesas de voto, com cinco membros por cada uma. As urnas abriram às 08h00 no continente e na Madeira. Nos

Açores, as urnas abriram e fecharam 60 minutos depois das mesas do continente, devido à diferença horária de menos uma hora.

Delegação do PSD recebida em Belém

Na segunda-feira, 2 de outubro, o presidente do PSD, juntamente com o secretário-geral do PSD, foi recebido pelo chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa, no Palácio de Belém, durante cerca de 40 minutos. Sobre a atual situação económico-financeira nacional, Passos Coelho disse que o Orçamento do Estado para 2018 “foi justamente uma das matérias” sobre as quais o Presidente da República quis saber a opinião do PSD – que foi o primeiro dos sete partidos com assento parlamentar a ser ouvido esta semana no Palácio de Belém.

Passos Coelho enalteceu “a importância de o país poder atingir a meta orçamental a que se propôs”, o que no seu entender acontecerá com “grande probabilidade”.

Relativamente aos anos seguintes, defendeu que é preciso “crescer significativamente mais do que tem acontecido” e que “isso envolve opções de política económica, que não são aquelas que temos observado da parte do Governo, que está sempre muito centrado no presente e pouco no futuro”. “Mas não posso expressar uma posição sobre um Orçamento que ainda não conheço”, reiterou.

Lista dos presidentes de Câmara eleitos

O Partido Social Democrata nas Eleições Autárquicas de 2017 alcançou sozinho ou em coligação a liderança de 98 autarquias, 92 das quais com maioria absoluta, e obteve pelo menos 727 mandatos. Conquistou ao PS um total de 11 municípios. Manteve seis capitais de distrito (Aveiro, Braga, Bragança, Faro, Guarda e Santarém) e Ponta Delgada (Região Autónoma dos Açores). Quanto às presidências de Junta de Freguesia, o PSD obteve isoladamente ou em coligação, pelo menos 1165. A taxa de abstenção foi de 45,03%.

Foram eleitos os seguintes presidentes de câmara pelo PSD e em coligação, por distrito, nas autárquicas de domingo, 1 de outubro, segundo os dados da Direção Geral da Administração Interna (DGAI):

Aveiro

Aveiro - José Agostinho Ribau Esteves (PPD/PSD - CDS-PP - PPM)
 Espinho - Joaquim José Pinto Moreira (PPD/PSD)
 Estarreja - Diamantino Sabina (PPD/PSD - CDS-PP)
 Santa Maria da Feira - Emídio Ferreira dos Santos Sousa (PPD/PSD)
 Ílhavo - Fernando Fidalgo Caçoilo (PPD/PSD)
 Murtosa - Joaquim Manuel dos Santos Baptista (PPD/PSD)
 Ovar - Salvador Malheiro Ferreira da Silva (PPD/PSD)
 Vagos - Silvério Rodrigues Regalado (PPD/PSD)

Braga

Amares - Manuel da Rocha Moreira (PPD/PSD - CDS-PP)
 Braga - Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (PPD/PSD - CDS-PP - PPM)
 Celorico de Basto - Joaquim Monteiro da Mota e Silva (PPD/PSD)
 Esposende - António Benjamim da Costa Pereira (PPD/PSD)
 Póvoa de Lanhoso - Avelino Adriano Gaspar da Silva (PPD/PSD)
 Terras de Bouro - Manuel João Sampaio Tibo (PPD/PSD)
 Vieira do Minho - António Cardoso Barbosa (PPD/PSD - CDS-PP)
 Vila Nova de Famalicão - Paulo Alexandre Matos Cunha (PPD/PSD - CDS-PP)
 Vila Verde - António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela (PPD/PSD)

Bragança

Bragança - Hernâni Dinis Venâncio Dias (PPD/PSD)
 Carrazeda de Ansiães - João Manuel dos Santos Lopes Gonçalves (PPD/PSD)
 Freixo de Espada à Cinta - Maria do Céu Quintas (PPD/PSD)
 Torre de Moncorvo - Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves (PPD/PSD - CDS-PP)
 Vimioso - António Jorge Fidalgo Martins (PPD/PSD)

Castelo Branco

Fundão - Paulo Alexandre Bernardo Fernandes (PPD/PSD)
 Oleiros - Fernando Marques Jorge (PPD/PSD)
 Sertã - José Farinha Nunes (PPD/PSD)
 Vila de Rei - Ricardo Jorge Martins Aires (PPD/PSD)

Coimbra

Arganil - Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa (PPD/PSD)
 Cantanhede - Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira (PPD/PSD)
 Mira - Raul José Rei Soares de Almeida (PPD/PSD)
 Pampilhosa da Serra - José Alberto Pacheco Brito Dias (PPD/PSD)
 Penela - Luís Filipe da Silva Lourenço Matias (PPD/PSD)

Faro

Albufeira - Carlos Eduardo Silva e Sousa (PPD/PSD)
 Castro Marim - Francisco Augusto Caimoto Amaral (PPD/PSD - CDS-PP)
 Faro - Rogério Conceição Bacalhau Coelho (PPD/PSD - CDS-PP - MPT - PPM)
 Monchique - Rui Miguel da Silva André (PPD/PSD)
 Vila Real de Santo António - Maria da Conceição Cipriano Cabrita (PPD/PSD)

Guarda

Almeida - António José Monteiro Machado (PPD/PSD)
 Celorico da Beira - Carlos Manuel da Fonseca Ascensão (PPD/PSD)
 Gouveia - Luís Manuel Tadeu Marques (PPD/PSD - CDS-PP)
 Guarda - Álvaro dos Santos Amaro (PPD/PSD)
 Pinhel - Rui Manuel Saraiva Ventura (PPD/PSD)
 Sabugal - António dos Santos Robalo (PPD/PSD)
 Vila Nova de Foz Côa - Gustavo de Sousa Duarte (PPD-PSD)

Leiria

Alcobaça - Paulo Jorge Marques Inácio (PPD/PSD)
 Alvaiázere - Célia Margarida Gomes Marques (PPD/PSD)
 Batalha - Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos (PPD/PSD)
 Caldas da Rainha - Fernando Manuel Tinta Ferreira (PPD/PSD)
 Castanheira de Pêra - Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho (PPD/PSD)
 Óbidos - Humberto da Silva Marques (PPD/PSD)
 Pombal - Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus (PPD/PSD)
 Porto de Mós - José Jorge Couto Vala (PPD/PSD)

Lisboa

Cadaval - José Bernardo Nunes (PPD/PSD)
Cascais - Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras (PPD/PSD - CDS-PP)
Mafra - Hélder António Guerra de Sousa Silva (PPD/PSD)

Portalegre

Arronches - Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho (PPD/PSD)
Castelo de Vide - António Manuel das Neves Nobre Pita (PPD/PSD)
Fronteira - Rogério David Sádio da Silva (PPD/PSD)
Marvão - Luís António Abelho Sobreira Vitorino (PPD/PSD)

Porto

Amarante - José Luís Gaspar Jorge (PPD/PSD - CDS-PP)
Maia - António Domingues da Silva Tiago (PPD/PSD - CDS-PP)
Penafiel - Antonino Aurélio Vieira de Sousa (PPD/PSD - CDS-PP)
Póvoa de Varzim - Aires Henrique do Couto Pereira (PPD/PSD)
Trofa - Sérgio Humberto Pereira da Silva (PPD/PSD - CDS-PP)

Santarém

Ferreira do Zêzere - Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores (PPD/PSD)
Mação - Vasco António Mendonça Sequeira Estrela (PPD/PSD)
Rio Maior - Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais (PPD/PSD - CDS-PP)
Santarém - Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves (PPD/PSD)
Sardoal - António Miguel Cabedal Borges (PPD/PSD)
Ourém - Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque (PPD/PSD - CDS-PP)

Viana do Castelo

Arcos de Valdevez - João Manuel do Amaral Esteves (PPD/PSD)
Monção - António José Fernandes Barbosa (PPD/PSD)
Ponte da Barca - Augusto Manuel dos Reis Marinho (PPD/PSD)
Valença - Jorge Manuel Salgueiro Mendes (PPD/PSD)

Vila Real

Alijó - José Rodrigues Paredes (PPD/PSD - CDS/PP)
Boticas - Fernando Eirão Queiroga (PPD/PSD)
Murça - Mário Artur Correia Lopes (PPD/PSD)
Peso da Régua - José Manuel Gonçalves (PPD/PSD)
Valpaços - Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida (PPD/PSD)
Vila Pouca de Aguiar - António Alberto Pires Aguiar Machado (PPD/PSD)

Viseu

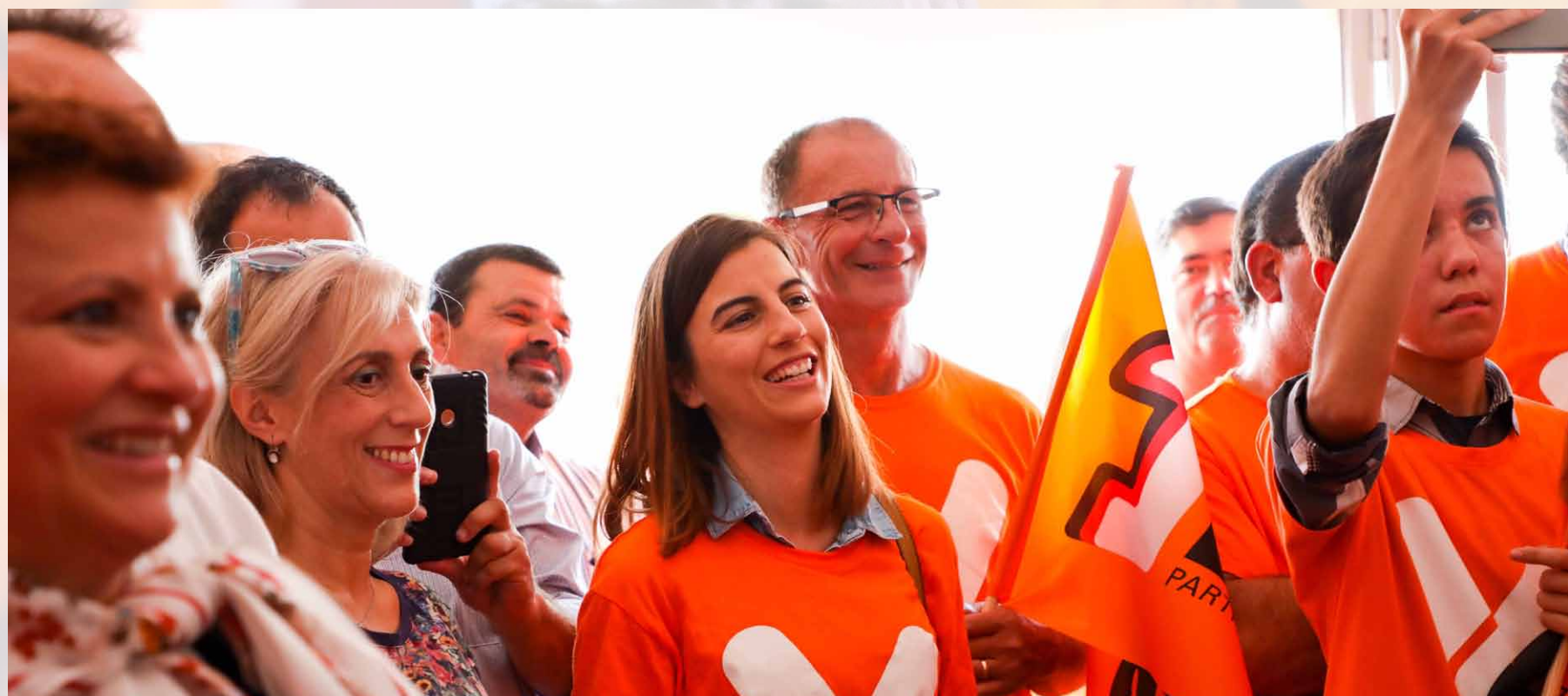
Armamar - João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca (PPD/PSD)
Castro Daire - Paulo Martins de Almeida (PPD/PSD - CDS-PP)
Mortágua - José Júlio Henriques Norte (PPD/PSD)
Penedono - António Carlos Saraiva Esteves de Carvalho (PPD/PSD)
Sátão - Paulo Manuel Lopes dos Santos (PPD/PSD)
Sernancelhe - Carlos Silva Santiago (PPD/PSD)
Tabuaço - Carlos André Teles Paulo de Carvalho (PPD/PSD - CDS-PP)
Tarouca - Valdemar de Carvalho Pereira (PPD/PSD)
Tondela - José António Gomes de Jesus (PPD/PSD)
Viseu - António Joaquim Almeida Henriques (PPD/PSD)
Vouzela - Rui Miguel Ladeira Pereira (PPD/PSD)

Madeira

Calheta - Carlos Manuel Figueira de Ornelas Teles (PPD/PSD)
Câmara de Lobos - Pedro Emanuel Abreu Coelho (PPD/PSD)
Porto Santo - José Idalino de Vasconcelos (PPD/PSD)

Açores

Vila do Porto - Carlos Henrique Lopes Rodrigues (PPD/PSD)
Nordeste - António Miguel Borges Soares (PPD/PSD)
Ponta Delgada - José Manuel Cabral Dias Bolieiro (PPD/PSD)
Ribeira Grande - Alexandre Branco Gaudêncio (PPD/PSD)
Madalena - José António Marcos Soares (PPD/PSD)



“Tormento” de secretário de Estado prova falência da política de saúde do Governo



O PSD comentou as declarações do secretário de Estado da Saúde sobre o tormento de governar nas atuais circunstâncias, afirmando ser “um assombro de verdade” e um “reconhecimento da falência” da alternativa de esquerda. “Vejo essa declaração como um assombro de verdade” e o “reconhecimento da falência de um modelo alternativo” de governação na área da saúde, declarou o deputado social-democrata Miguel Santos.

No dia 27, o secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, confessou que é “um tormento” governar nas atuais circunstâncias, em que os vários profissionais da área têm apresentado reivindicações e protestos.

Para Miguel Santos, a afirmação de secretário de Estado prova, também, a falência do discurso do primeiro-ministro, quando “decretou o fim da austeridade” e da estratégia do Governo, incapaz de “corresponder às expectativas”.

“Esta solução governativa, da dita geringonça, funciona com muitos sorrisos e sucesso, quando se trata de distribuir benefícios, mas quando os tempos começam a ficar mais complicados e sombrios, as dificuldades surgem, os partidos da situação começam a desentender-se”, afirmou.

Milhares de utentes estão sem médico de família

Existem regiões do país em que mais de 50% da população não tem médicos de família, contrariando as promessas do PS e dos radicais de esquerda. Outras regiões têm défice na cobertura de saúde. É o caso da região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, onde o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Lezíria, que engloba nove concelhos (Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém) e presta cuidados de saúde primários a uma população de cerca de 200 mil utentes, existem atualmente cerca de 22 mil utentes sem médico de família.

Só em Salvaterra de Magos, mais de metade da população (54%) não tem, hoje, médico de família. Acresce que, este ano, não só se verificou um incompreensível atraso na abertura de concursos para médicos de Medicina Geral e Familiar, como o nível de contratação ficou manifestamente aquém das necessidades das populações. No caso do ACES Lezíria, mesmo depois de preenchidos os 7 lugares previstos (não se sabe ainda quando), permanecerão 8.500 utentes sem médico de família.

Os deputados social-democratas questionam, uma vez mais, o ministro da Saúde sobre esta deficiente acessibilidade dos utentes do SNS aos cuidados de saúde públicos, dando voz à forte preocupação dos utentes da saúde naquela região.

O PSD recorda que, segundo o Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e Entidades Convencionadas – 2016, divulgado pelo Governo no passado mês de Agosto, o número de utentes sem médico de família atribuído desceu de 1.819.248, em 2011, para 1.044.945, em 2015, o que representa uma diminuição de 42,6%. Uma redução que não surpreende em face do enorme esforço realizado pelo Governo liderado pelo PSD para a contratação de médicos de família, como o demonstra a abertura de oito concursos nacionais, num total de 1.082 vagas abertas, tendo sido nesse período contratados todos os médicos de Medicina Geral e familiar disponíveis no país.

Já com o Governo socialista, a redução o número de utentes sem médico de família, desde 2015, se limitou a apenas 121 mil. Ou seja, durante os anos da troika, e apesar dos fortes constrangimentos, foi possível uma redução de cerca de 200 mil utentes sem médico de família/ano e com o atual governo essa redução é apenas de cerca de 60 mil/ano.

PS continua a “descarrilar a Carris”

O PS está “amarrado à esquerda” ao não acautelar as preocupações manifestadas pelo Presidente da República no veto ao diploma da transferência da Carris para a Câmara Municipal de Lisboa.

Na discussão parlamentar sobre a reapreciação do decreto que define o Contrato de Concessão de Serviço Público celebrado com a Carris, Carlos Silva justifica a posição crítica do PSD: este diploma “contraria a autonomia do poder local democrático” e interfere de “forma intolerável na gestão das autarquias”.

“Esteve bem o senhor Presidente da República quando vetou este decreto, pois o diploma assentava numa opção ideológica por parte da geringonça, não fundamentando essa posição em nenhum facto jurídico, económico-financeiro ou em aspetos funcionais e organizacionais”, sublinhou o deputado do PSD, no Parlamento.

A passagem da Carris do Estado para o município de Lisboa não beneficiou o serviço de transportes para os utentes. Enquanto se discute este diploma, afirmou Carlos Silva, “a Carris continua a descarrilar, continua a perder passageiros, continua a chegar atrasada, mesmo com o crescimento do turismo em Lisboa”.

O deputado social-democrata reiterou que os utentes estão, cada vez mais, descontentes, reclamam da supressão de carreiras, de perderem horas a fio no trânsito e de viajarem como “sardinhas em lata”.

“Assistiu-se a uma mudança de acionista. Os utentes já sentem uma diferença, mas é uma diferença para pior”, sintetizou Carlos Silva.



Governo privilegia laboratórios privados



O Governo terá de explicar a razão pela qual os Laboratórios Colaborativos só poderão ser constituídos exclusivamente pelos privados, vedando a entrada aos consórcios de instituições de ensino superior. O Governo foi, uma vez mais, pouco transparente, ao introduzir alterações significativas entre a proposta na discussão pública e a versão final, entretanto publicada.

Em causa estão as regras, publicadas pelo Governo, para a atribuição do título e designação de Laboratório Colaborativo “CoLAB”. Estes laboratórios visam criar emprego qualificado e científico, através da investigação e inovação orientada para o valor económico e social, incluindo a internacionalização da capacidade científica e tecnológica nacional.

Contudo, existem alterações de monta entre a versão para discussão pública e a versão final do regulamento publicada em Diário da República.

A alteração fundamental é, precisamente, o impedimento das instituições de ensino superior, de forma associada, através de consórcios previstos na lei, de constituir estes laboratórios colaborativos. De facto, o Governo remete esta possibilidade, em exclusivo, para empresas ou associações privadas sem fins lucrativos. Esta alteração cria uma discriminação negativa relativamente à participação de institutos e/ou unidades de I&D de direito público das Instituições de Ensino Superior.

Uma outra alteração questionada pelo PSD prende-se com os painéis de avaliação independentes que atribuirão o título de CoLAB. Na definição destes painéis, constituídos por peritos de instituições estrangeiras, de reconhecido mérito

internacional, foi esquecida na versão publicada do Regulamento a necessidade de serem ouvidos os Conselhos Científicos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e da Agência Nacional de Inovação (ANI), colocando essa competência unicamente na mão do Conselho Diretivo da FCT, ao contrário do disposto na proposta de regulamento originalmente publicada.

Para o PSD, as alterações entre a versão inicial de regulamento para discussão pública e a versão final publicada justificam um período adicional de discussão pública.

PSD enaltece contributo do PRS na construção democrática da Guiné-Bissau

O responsável pelas relações externas do PSD, Jorge Braga de Macedo, sublinhou o “grande contributo” que o Partido da Renovação Social (PRS) está a dar à democracia na Guiné-Bissau. Braga de Macedo falava durante a sessão de abertura do quinto congresso do PRS que teve início nos arredores de Bissau, dia 26 de setembro.

No seu discurso, intercalado durante várias passagens com palmas dos congressistas, Braga de Macedo, que lidera uma delegação de quatro elementos do PSD, destacou a projeção do PRS a nível internacional, destacando o facto de o partido guineense pertencer a família da IDC (Internacional Democrata Centrista) ao lado de outros partidos de muitos quadrantes do mundo.

Braga de Macedo, que se faz acompanhar por Carla Barros, Pedro Pinto e Válder Teixeira, disse não ser possível avaliar “com propriedade” o momento atual da política guineense, tendo em conta “uma realidade flutuante”, mas destacou ser “inegável o contributo do PRS na construção democrática” da Guiné-Bissau.

Disse também que Alberto Nambéia, o presidente que se recandidata ao cargo, escreveu uma carta ao líder do PSD, Pedro Passos Coelho, a quem pediu apoios para capacitação de militantes trabalhadores e juventude do PRS e na preparação em questões autárquicas.

O quinto congresso do PRS foi também marcado pelo discurso de boas-vindas de Alberto Nambéia aos congressistas aos quais pediu que mantenham a coesão e unidade do partido rumo à vitória nas próximas eleições legislativas em 2018.



É urgente restabelecer a “normalidade dos serviços de informação”

“Não é necessário e urgente restabelecer a normalidade dos serviços de informação da República Portuguesa?”, perguntou na terça-feira José Silvano, deputado do PSD, na sequência da apreciação do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) relativo a 2016. O parlamentar deu conta de que, segundo o documento, “nos últimos anos têm vindo a ser recebidos e avaliados indícios que dão conta do agravamento dos fatores de risco [à segurança interna], alguns já detetados no nosso País”.

Indicando que, “nas orientações estratégicas para 2017, consta a prioridade de execução da estratégia nacional de combate ao terrorismo”, o parlamentar social-democrata desafiou o Governo a responder a mais questões: “para quando a eleição dos órgãos em falta? Para quando a normalização dos serviços do SEF nos aeroportos? Para quando a entrada em velocidade cruzeiro do ponto de contacto?”

O deputado referiu-se, também, às mudanças na lei da imigração, questionando se “não foi arriscado introduzir sucessivas alterações”, apesar de um parecer do SEF apontar que “as alterações são más e que o regime anterior era equilibrado”.

Os incêndios florestais foram outro dos pontos focados por José Silvano. “A realidade deste ano não merece mais atenção no planeamento futuro da prevenção e combate aos fogos?”, perguntou para, logo, apontar que “mais do que uma análise aos dados recolhidos em 2016 é necessário referir se as orientações estratégicas apontadas, neste relatório pelo Governo, resolvem estas preocupações que ainda se mantêm na sociedade portuguesa”.

O deputado social-democrata começou por salientar que no IASI de 2016 há “aspectos positivos e negativos”. Referiu, como positivo, a diminuição da criminalidade violenta e grave, justificando-a com a “proatividade policial” e com os “programas gerais de prevenção e policiamento, desde o apoio a crianças e idosos e prevenção rodoviária”. Em contraponto, deu conta de um “aumento generalizado da criminalidade informática”, da violência em ambiente escolar, do crime de tráfico de seres humanos, de extorsão ou, até, de maus-tratos e abandono de animais.

Fez, também, referência ao aumento da mortalidade na estrada, apesar de mudanças introduzidas pelo Executivo quanto à prevenção da sinistralidade rodoviária. “Para quando uma avaliação desta medida que foi uma alteração significativa?”, perguntou.



Açores

A responsabilidade é governar para as populações



Para Duarte Freitas, os resultados das eleições autárquicas são da responsabilidade de todo o partido, alegando que “somos todos vencedores” nas autarquias que o PSD/Açores ganhou e “todos perdedores” onde não se alcançou a vitória.

“Estas eleições foram o somatório de quase 200 atos eleitorais. Naquelas que o PSD ganhou somos todos vencedores. Naquelas que o PSD perdeu fomos todos perdedores”, disse Duarte Freitas, após conhecidos os resultados das eleições autárquicas, em que o PSD aumentou o número de câmaras, passando a presidir a cinco municípios da Região Autónoma dos Açores.

O líder dos social-democratas salientou que a preparação das eleições autárquicas “foi um processo descentralizado, exigente, responsabilizante e mobilizador para todas as estruturas do partido em todos os concelhos da região”.

“Deste processo descentralizado resultaram vitórias e derrotas. Como disso, somos vencedores em todos os locais onde vencemos e perdedores em todos os locais onde perdemos”, frisou.

Duarte Freitas destacou que, com a vitória no concelho do Nordeste, “quase 50 por cento da população dos Açores está em autarquias lideradas pelo PSD”, o que constitui um motivo de “enorme responsabilidade” para o partido.

“Vamos, com muito trabalho, dar resposta àqueles que votaram maioritariamente em nós. Mas também em todos os locais em que somos oposição vamos fazer o nosso trabalho para representar quem confiou no PSD”, assegurou.

O presidente do PSD/Açores agradeceu às estruturas partidárias que trabalharam na preparação das eleições autárquicas e aos “mais de 3700 candidatos” que concorreram em listas do partido, dos quais cerca de 40 por cento foram mulheres.

Duarte Freitas desejou ainda “as maiores felicidades” aos candidatos eleitos por todos os partidos no trabalho que têm pela frente nos próximos quatro anos”.

Nas eleições autárquicas de 2017, o PSD/Açores conquistou cinco câmaras municipais (Ponta Delgada, Ribeira Grande, Madalena, Vila do Porto e Nordeste) e venceu em 55 assembleias de freguesia.

POVO LIVRE

Directora: **Maria Eduarda Azevedo** Director-Adjunto: **João Cordeiro Pereira**Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

Inquérito Parlamentar ao Governo

Marcelo desafia Guterres para debate a 2 na TV e exige explicações sobre escândalo de espionagem a generais e almirantes

página 9

Para defender ponte entre Europa e África

Leonor Beleza: visita de sucesso à Guiné-Bissau e a Angola

página 20

Congresso em Vila Franca do Campo

PSD/Açores adere à AD nas Europeias e nas Legislativas, indo isolado às Regionais

Manuel Arruda novo líder regional

página 9

Colóquio dos TSD sobre a TAP

Denunciado o péssimo negócio que colocou a TAP nas mãos da Swissair

página 8

Congresso dos Jovens do PPE em Lisboa

Leonor Beleza defende maior firmeza do Governo português em Bruxelas

José Eduardo Martins, Secretário-Geral da JSD foi eleito vice-Presidente da YEPP

página 11

Edição n.º 1180 do "Povo Livre", de 10 a 17 de março de 1999. Manchete: "Inquérito Parlamentar ao Governo: Marcelo desafia Guterres para debate a 2 na TV e exige explicações sobre escândalo de espionagem a generais e almirantes". Maria Eduarda Azevedo era a diretora do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**CABECEIRAS DE BASTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Quinchoso, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise dos resultados eleitorais
- 2 -- Outros Assuntos

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para reunir no próximo dia 23 de Outubro de 2017 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, 48, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações gerais e outros assuntos
- 2 - Análise da situação política nacional e local - Eleições Autárquicas

MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Monção, para reunir no próximo dia 12 de Outubro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo do Rosal, nº 27, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 -- Outros Assuntos

SALVATERRA DE MAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Salvaterra de Magos, para reunir, no próximo dia 20 de Outubro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita, na Rua Dr. Miguel Bombarda, 8 - 1º Esq, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política.
- 2 - Outros assuntos de interesse

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Outubro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Gago Coutinho n.º 12 R/C, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações sobre a actividade da Comissão Política de Secção
- 2 - Análise dos resultados eleitorais
- 3 - Planeamento da coordenação dos diferentes órgãos autárquicos
- 4 - Outros assuntos de interesse para a Secção

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 12 de Outubro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na

sede, sita na Rua do M.F.A. nº 11 - Amora, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Balanço das eleições Autárquicas 2017
- 3 - Análise da situação política - partidária
- 4 -- Outros Assuntos

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Tavira para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 de Outubro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política e das eleições autárquicas de 2017
- 3 - Outros Assuntos

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 20 de Outubro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Leitura discussão e votação da acta da Assembleia anterior
- 2 - Análise e discussão da situação política actual / Autárquicas 2017

VIANA DO CASTELO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 12 de Outubro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, no Auditório do Hotel Axis Viana, sito na Av. Capitão Gaspar de Castro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila do Conde, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 13 de Outubro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h30, na Sala Dr. Orlando Taipa, sita na Praça da República, nº 7, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1- Análise dos resultados das Eleições Autárquicas
- 2 - Outros assuntos

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 12 de Outubro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Dr. Luis Torres, 4 - 2º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações da Comissão Política de Secção
- 2 - Análise dos resultados das eleições Autárquicas 2017
- 3 - Eleições para os órgãos distritais e nacionais do PSD
- 4 - Outros assuntos

**CALDAS DA RAINHA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD das Caldas da Rainha, para reunir no próximo dia 4 de Novembro 2017, pelas 16 horas, na Sede do PSD/Caldas da Rainha, sita na Praça 5 de Outubro, 18 - R/c Dt.º, Caldas da Rainha, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa de Plenário de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem o substitua, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 16:00 e as 20h.

ALMEIDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Almeida para o Plenário a realizar no próximo dia 04 de Novembro (sábado), pelas 21:00 horas, na Sede do PSD de Almeida sita na Rua do Comércio s/n, 6355-248 Vilar Formoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Almeida.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede do PSD de Almeida sita na Rua do Comércio s/n, 6355-248 Vilar Formoso.

As urnas estarão abertas entre as 21:00 horas e as 23:00 horas.



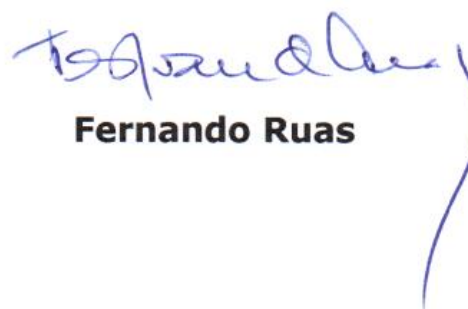
IV CONSELHO NACIONAL /2017 – Extraordinário

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **09 de outubro, segunda-feira, às 21H00, no Hotel Sana**, em Lisboa (Av. Fontes Pereira de Melo, 8), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1: Marcação da data das eleições directas para Presidente da Comissão Política Nacional e aprovação do respectivo Regulamento;
- Ponto 2: Convocação do 37º Congresso Nacional e aprovação do respectivo Regulamento.

O Presidente da Mesa do Congresso



Fernando Ruas

Lisboa, 3 de outubro de 2017